

1. Convocadas eleições para a ADUFSCar, biênio 2021-2023

A Diretoria da ADUFSCar convocou no dia 05 de julho de 2021, em inteira conformidade com o Estatuto da entidade, eleições para a Diretoria e o Conselho Fiscal, a serem realizadas em período igualmente compatível com o previsto estatutariamente.

Eis a convocatória, disponível, desde então, na página da entidade, além de enviada individualmente para todos os filiados:

“EDITAL DE CONVOCAÇÃO ELEIÇÕES

Diretoria da ADUFSCar, Sindicato, e Conselho Fiscal da ADUFSCar, Sindicato.

O Presidente da ADUFSCar, Sindicato, professor Dr. Amarilio Ferreira Junior convoca, neste dia 05 de julho de 2021, eleições para a Diretoria da ADUFSCar, Sindicato, e para o seu Conselho Fiscal, biênio 2021/2023, através deste Edital, que será publicado na página da entidade, para amplo conhecimento. As eleições serão realizadas virtualmente no seguinte período: 03 de setembro a 09 de setembro de 2021. O Regimento Eleitoral será aprovado em Assembleia Geral (AG) virtual, aqui convocada para o dia 12 de julho de 2021, às 15h30, com início regimental às 16h00. O link para essa AG será enviado nesse mesmo dia 12 de julho.

O prazo final para as inscrições dos candidatos se encerra às 18h de 19 de agosto de 2021.

Araras/SP, 05 de julho de 2021.

Amarilio Ferreira Junior, Presidente.”

2. Realizada Assembleia Geral para aprovar o Regimento Eleitoral

A AG acima convocada, mais uma vez em concordância estrita com o previsto no Estatuto, foi realizada virtualmente, na data e horário aprazados.

A Diretoria, com antecedência de três dias, enviou para todos os associados **Proposta de Regimento Eleitoral**, em tudo similar ao documento já em prática desde a fundação da entidade. O diferencial referia-se, em essência, à retirada de parágrafos relativos à votação em urna, que não será realizada por conta da pandemia da COVID-19, sendo, por essa mesma razão, ampliado o prazo de votação, para garantir a ampla participação democrática de todos no processo, como é desejável. **A Proposta de Regimento Eleitoral está também disponível na página da ADUFSCar (onde permanecerá até o final do processo)**, reforçando-se, assim, a sua divulgação.

A assembleia geral foi aberta no horário previsto (15h30) e instalada às 16h00, em segunda convocação, como usual (isso ocorre quando não estão inicialmente presentes metade mais um dos filiados, o que sempre é o caso). Foi apresentada por um associado a seguinte ‘questão de ordem’:

“Considerando que estamos aqui em assembleia para aprovarmos uma Proposta de Regimento Eleitoral para conduzir as eleições para a próxima gestão do nosso Sindicato; considerando que a Proposta de Regimento Eleitoral enviada para apreciação é a mesma que garantiu a participação democrática dos docentes neste pleito; e considerando ainda que a única alteração é referente ao procedimento do voto que, por circunstâncias pandêmicas, será exclusivamente online, encaminho que se coloque imediatamente em votação a Proposta de Regimento Eleitoral, de forma integral, encaminhada pela diretoria.”

A Diretoria acatou a questão de ordem acima, entendendo que caberia democraticamente ao plenário definir se, pelas razões apresentadas, se inclinava pela aprovação integral da Proposta de Regimento Eleitoral disponibilizada, ou se, contrariamente, optava por discutir de outra forma a questão em pauta e, conseqüentemente, o documento a ser referendado.

Colocada em votação a Proposta de Regimento Eleitoral e apurado o resultado, computaram-se 44 votos a ela favoráveis, 23 contrários e 03 abstenções, após o que, em respeito à decisão majoritária dos presentes, foi encerrada a AG.

Considerações sobre o Plano de Retomada das Atividades Presenciais da UFSCar

De início, relembramos os termos em que a ADUFSCar, no Comunicado 29 (de 06 de maio de 2021), deixou clara a sua defesa intransigente da saúde e da vida, no que se refere ao combate à pandemia em curso e às medidas sanitárias que, nestas circunstâncias, se fazem absolutamente essenciais. Nesse documento, afirmava a ADUFSCar que:

- 1) *Considera gravíssimo o atual estágio epidemiológico da COVID-19, tanto no Brasil como no Estado de São Paulo e, em particular, em todos os municípios onde há campi da UFSCar;*
- 2) *Avalia como corretas rígidas medidas de distanciamento social, em geral e no âmbito da UFSCar, neste momento absolutamente necessárias e vitais para reduzir o potencial de transmissão do novo coronavírus nesses espaços, com o objetivo de preservar a saúde e a vida dos docentes da UFSCar, da comunidade acadêmica como um todo, e da população, em todas as cidades onde há campi da UFSCar;*
- 3) *Reputa, portanto, como fundamental o uso de máscaras, de álcool gel, a manutenção de distância segura de pelo menos dois metros entre as pessoas, evitando-se aglomerações de qualquer natureza, bem como o uso compartilhado de espaços fechados, dentre outras medidas.*

Ressaltamos, portanto, nossa integral concordância, em tese e no que se refere a essas questões de fundo, com as preocupações que vêm sendo expressas e com os debates que vêm sendo promovidos na UFSCar por seus órgãos colegiados, pelo Comitê Gestor da Pandemia e pelo Núcleo Executivo de Vigilância em Saúde (NEVS).

Contudo, apresentamos abaixo algumas considerações.

1) Necessidade de atualização de alguns indicadores

O Plano de Retomada das Atividades Presenciais da UFSCar é fortemente baseado, como se vê logo no primeiro parágrafo desse documento, na Resolução 39 do ConsUni (10 de março de 2021), que, por sua vez, regulamenta as atividades essenciais e utiliza referências diversas, como a que se reporta a indicadores publicados pelo Centro de Controle e Prevenção de Doenças¹ em 15 de setembro de 2020, indicadores esses que foram atualizados² em 15 de maio de 2021, e diferem significativamente dos anteriores. Assim é que o nível de baixa transmissão passou de < 5 casos por 100.000 habitantes, nos últimos 14 dias, para < 10 casos por 100.000 habitantes, nos últimos 7 dias, como se vê na tabela abaixo – ou seja, uma exigência quatro vezes menos restritiva do que originalmente proposto.

Indicator	Low Transmission Blue	Moderate Transmission Yellow	Substantial Transmission Orange	High Transmission Red
Total new cases per 100,000 persons in the past 7 days ²	0-9	10-49	50-99	≥100
Percentage of NAATs that are positive during the past 7 days ³	<5.0%	5.0%-7.9%	8.0%-9.9%	≥10.0%

Para que tenha parâmetros de comparação que ilustrem esses números, seguem-se alguns exemplos.

No Brasil, claro, houve **325** casos por 100.000 habitantes nos 14 dias anteriores a 10 de julho. Nos E.U.A, **69** casos; na França, **60** casos; em Israel, **58** casos; na Itália tinha **21** casos; e na Alemanha, um dos países que maior redução alcançou, **11** casos.

Em todos esses países os indicadores estão, pois, muito distantes do protocolo estabelecido pela Resolução 39 (desatualizado), ou seja, menos de **5** casos por 100.000 habitantes em 14 dias. Já se adotado o protocolo de menos de 10 casos por 100.000 habitantes em 7 dias (ou essencialmente menos de 20 casos por 100.000 habitantes em 14 dias), a Alemanha, e no limite a Itália, o satisfariam.

¹ <https://www.cdc.gov/coronavirus/2019-ncov/community/schools-childcare/indicators.html>, acesso em 15 de set. 2020.

² https://www.cdc.gov/coronavirus/2019-ncov/community/schools-childcare/operation-strategy.html?CDC_AA_refVal=https%3A%2F%2Fwww.cdc.gov%2Fcoronavirus%2F2019-ncov%2Fcommunity%2Fschools-childcare%2Findicators.html#fully-vacc, publicado em 15 de maio de 2021, acesso em 15 de julho de 2021.

2) Referência, no ‘Plano de Retomada’, às entidades representativas e à importância do seu funcionamento.

Por outro lado, a Resolução 39 define como atividades essenciais aquelas relativas ao ‘ensino, pesquisa, extensão e administração no âmbito da UFSCar’, dentre as quais, no item 1.4, nomeia:

1.4 – ações administrativas que não possam ser realizadas remotamente, cuja não realização causam perdas e danos ao funcionamento básico da Universidade

Entretanto, não são mencionadas atividades administrativas levadas adiante por entidades de representação e defesa de docentes e servidores administrativos da UFSCar, que, se paralisadas, trarão graves prejuízos. Como exemplo, está o trabalho que é feito para viabilizar a atualização dos planos de saúde da UNIMED (que, no caso da ADUFSCar, é realizado presencialmente, por um único funcionário, trabalhando sozinho na Sede da nossa entidade, que providencia e zela pelos cuidados sanitários necessários – álcool gel, máscaras, material de desinfecção, etc.). Mais adiante, as entidades representativas deixam mais uma vez de ser lembradas, uma vez que se prevê que “*que todas as unidades da UFSCar deverão apresentar ao CGP, dentro do prazo de 30 dias a partir da data de publicação desta resolução, que atividades respectivamente vinculadas se enquadram na definição acima (atividades essenciais)*”. ADUFSCar, SINTUFSCar e entidades estudantis precisam ser protagonizadas, permitindo-se que proponham atividades que considerem essenciais.

3) Registro dos dados vindos de experiências como a de Serrana, mostrando o forte efeito da vacinação

Ademais, é preciso levar em consideração desdobramentos relevantes, no que se refere à pandemia da COVID-19, ocorridos após o início de março, quando foi aprovada a Resolução 39.

Em primeiro lugar, há a experiência de Serrana, que foi objeto, em maio próximo passado, de publicação do Instituto Butantã, que concluiu que, após a vacinação de 75% do público alvo, foi atingida imunidade coletiva. Nesse caso, o risco de contaminação caiu meteoricamente, e, já então, o número de óbitos foi reduzido em 95%.

Daí se conclui que, se exigirmos que todos os que acessem os campi da UFSCar estejam vacinados com o número de doses previsto (em geral, duas), há mais de 15 dias, que é o tempo adicional hoje aceito como suficiente para que se complete a imunização, o risco de contágio em uma comunidade 100% vacinada será ainda muito menor do que o de Serrana, após 75% de vacinados do público alvo; mais ainda se for exigido que todos usem máscaras, não promovam aglomerações, e sigam estritamente todas as medidas sanitárias preconizadas (álcool gel, etc.).

4) Potenciais transtornos resultantes de um impedimento de acesso à UFSCar excessivamente restritivo

Em contrapartida, há que considerar prejuízos potenciais para um expressivo contingente de docentes, caso haja um impedimento excessivamente restritivo do acesso dos professores aos campi:

- Muitos colegas não podem levar para casa todos os documentos, materiais e meios de pesquisa de que necessitam, o que pode gerar grande dificuldade para o exercício de suas atividades, além de prejuízo aos alunos (perda de bolsas e impactos negativos nas pesquisas);
- Há situações específicas, em que os professores têm laboratórios ‘externos’, como em Araras e Lagoa do Sino – atividades que, se interrompidas, podem levar a danos irreparáveis.
- Nem todos os professores têm, em suas casas, equipamentos e internet de qualidade equivalente à disponível na UFSCar, e daí resulta um obstáculo adicional às suas condições de trabalho e de vida.

Diante dessas considerações, propomos:

- ➔ **Atualização dos indicadores relativos à pandemia.**
- ➔ **Reconhecimento – no Plano de Retomada – da essencialidade do funcionamento das entidades representativas, para que possam apoiar seus representados, em meio à pandemia;** respeitados, claro, todos os mesmos procedimentos sanitários já enunciados (inclusive pelos funcionários dessas entidades).
- ➔ **Permissão de acesso aos campi, para todos os membros da comunidade que estejam integralmente vacinados** (todas as doses preconizadas), **há pelo menos 15 dias**, respeitados todos os procedimentos sanitários: uso de máscaras e de álcool gel, distanciamento social, não promover aglomerações, etc.
- ➔ **No caso de adoção de Plano de Retomada, estabelecimento de prazo razoável para que a comunidade universitária e suas entidades representativas possam se adequar a eventuais normas que venham a ser aprovadas.**

1. Reunião do CD do PROIFES decide dar prioridade absoluta à luta contra a aprovação da PEC 32 (Reforma Administrativa)

Reunião do Conselho Deliberativo do PROIFES, reunido virtualmente em 28 de julho com a presença de todos os sindicatos federados (inclusive a ADUFSCar), decidiu dar prioridade total à luta contra a aprovação da Reforma Administrativa (PEC 32). Essa se decisão se dá diante do entendimento de que, se aprovada, a PEC causará enorme prejuízo – de caráter duradouro e de muito difícil reversão – aos serviços públicos e aos servidores públicos brasileiros: serão afetados gravemente salários, carreiras e condições de trabalho, não apenas dos futuros contratados, mas também dos atuais ocupantes de cargos, bem como aposentados e pensionistas.

Veja a seguir algumas das mudanças que se pretende introduzir e suas implicações:

1) Criação de novos vínculos – fim da estabilidade e da autonomia

a) Ingresso por concurso:

- **Vínculo de experiência** (mínimo de 2 anos para cargo típico de Estado e mínimo de 1 ano para cargo por prazo indeterminado);
- **Cargo por prazo indeterminado** (sem estabilidade); será um cargo estatutário precário, com possibilidade de acumulação de cargos públicos (mas não com a iniciativa privada).
- **Cargo típico de Estado** (estabilidade após 3 anos); não há hoje definição explícita do que sejam Carreiras Típicas de Estado na PEC, conceituação essa que será determinada por lei complementar (possivelmente a partir do caráter estratégico das atividades desenvolvidas pelos respectivos servidores, bem como da inexistência de contrapartida no setor privado).

b) Ingresso por seleção simplificada:

- **Vínculo por prazo determinado** (para projetos, p/exemplo, ‘sob demanda’).
- **Cargo de liderança e assessoramento** (irão substituir os atuais cargos em comissão; serão de livre nomeação e exoneração – exemplo: reitor de universidade, que não precisará ser servidor público).

2) Mudança no Art.39 (CF) – Lei Complementar disporá sobre normas para:

- Gestão de pessoas;
- Política remuneratória e de benefícios;
- Ocupação de cargos de liderança e assessoramento;
- Organização força trabalho no serviço público (reestruturação carreiras);
- Progressão e promoção funcionais;
- Desenvolvimento e capacitação;
- Duração da jornada.

3) Utilização de mão de obra privada nos serviços públicos

4) Demissão por decreto (exceto Carreira Típica de Estado)

5) O Presidente da República poderá criar, fundir, transformar ou extinguir ministérios e outros órgãos, por decreto.

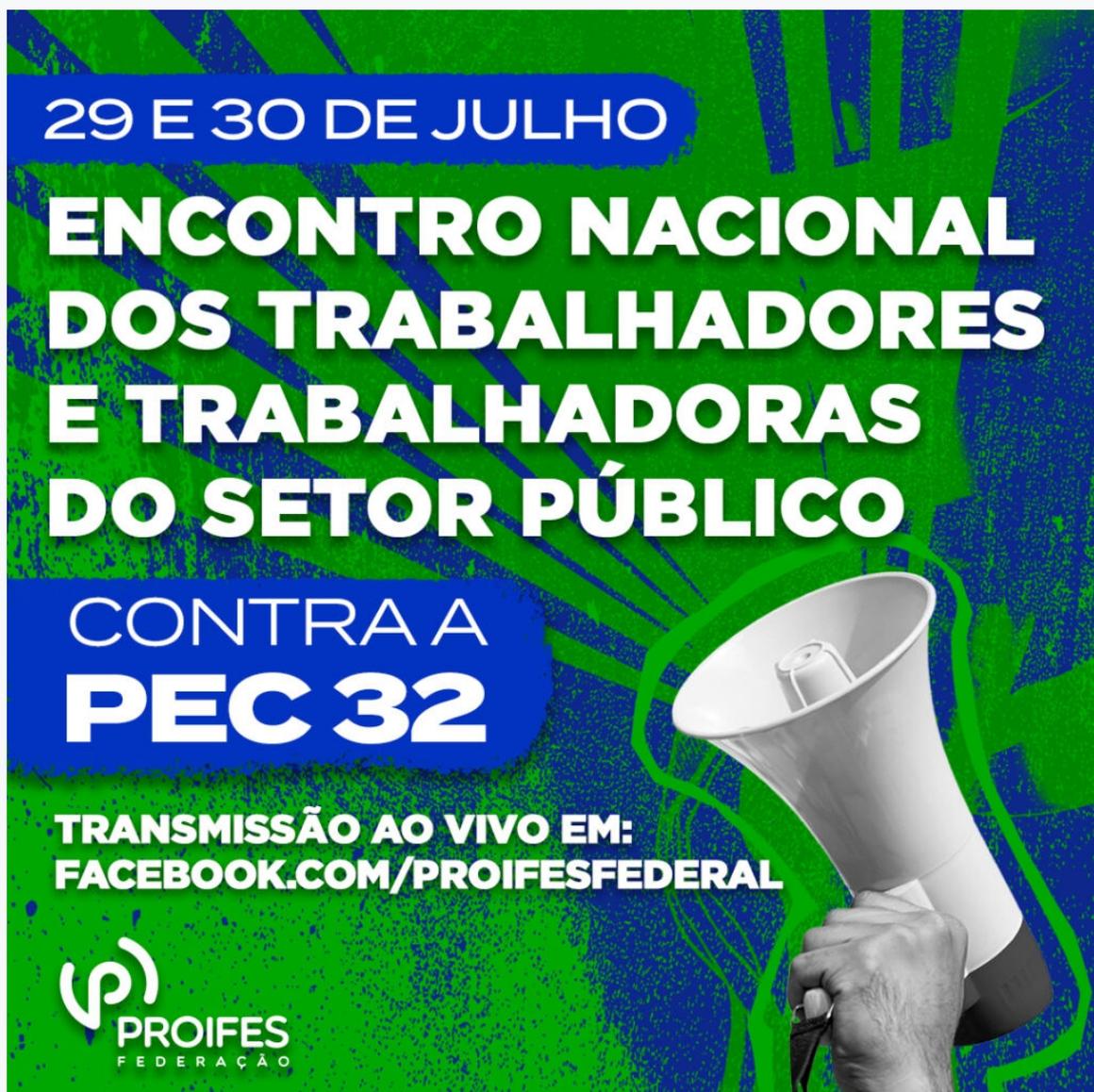
6) Toda redução de jornada implicará redução de remuneração.

Consequências: possibilidade de extinção das atuais carreiras e cargos, com todas as implicações para os atuais aposentados (em especial os que tiverem integralidade e paridade); aparelhamento do Estado, com nomeação de apaniguados sem qualificação para postos-chave, o que abrirá caminho para corrupção, assédios de todas as ordens e para o fim de efetiva autonomia de instituições com as universidades e institutos federais; privatização do serviço público e precarização dos servidores públicos e dos respectivos serviços públicos oferecidos.

Não serão afetados Deputados, Senadores, juízes, promotores, membros do TCU, etc. – ou seja, basicamente todos os que irão debater e promulgar a nova Reforma Administrativa.

2. Trabalhadores e Trabalhadoras do Setor Público realizam Encontro Nacional nos dias 29 e 30 de julho

A ADUFSCar convida a todos para assistir [AQUI](#) o vídeo conjunto do **PROIFES**, **ANDES**, **SINASEFE**, **FASUBRA**, **CONDSEF**, **ASFOC**, **FENASPS**, **CSP-Conlutas** e **FENAJUFE**, chamando para a participação do Encontro Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Setor Público. É hora de **UNIDADE** na luta contra a PEC 32, a Reforma Administrativa, que poderá destruir os serviços públicos no Brasil!



As servidoras e os servidores de todo o Brasil realizam, nos dias de hoje, 29 de julho, e amanhã, 30 de julho, o Encontro Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras do Setor Público, com o objetivo de mobilizar os servidores municipais, estaduais e federais em todo o Brasil e a sociedade em geral na defesa dos serviços públicos contra os efeitos deletérios da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32, mais conhecida como Reforma Administrativa. O Encontro, que está sendo convocado pelas centrais sindicais, será realizado de forma virtual, e será transmitido ao vivo pelo Facebook do PROIFES-Federação.

As inscrições para o evento podem ser realizadas pelo site www.contrapec32.com.br, no qual estão disponíveis matérias de campanha e mais informações sobre o evento. Além dos encontros virtuais, está prevista uma manifestação presencial em Brasília para o dia 3 de agosto.

Para o vice-presidente do PROIFES-Federação, Wellington Duarte, o Encontro “é necessário para qualificar a posição das servidoras e servidores públicos diante dessa ameaça, que vai afetar de maneira definitiva os serviços públicos no país, tão necessários a grande parte da população, especialmente os mais pobres. Neste sentido, o PROIFES e demais entidades sindicais, centrais, e movimentos de trabalhadores se somam para evitar essa catástrofe e impedir que essa PEC nefasta avance no Congresso e na vida dos brasileiros”.

As atividades do Encontro se iniciam às 19h desta quinta-feira, 29, com uma Live de lançamento.

Na sexta-feira, 30, às 9h será realizada a Plenária Nacional de organização do Plano Nacional de Mobilização, e às 17h acontecerá o lançamento oficial do Plano.

Encontro Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras do Serviço Público – 29 e 30 de julho

29/07 – 19h – Evento Político (Live).

30/07 – 9h – Plenária Nacional de organização do Plano Nacional de Mobilização.

17h – Evento Nacional, com Live de lançamento do Plano Nacional de Mobilização.

Manifestação em Brasília – 03 de agosto

PROGRAMAÇÃO - Encontro Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Setor Público

5ª feira, 29/07

**19h: Encontro Nacional dos Trabalhadores e
Trabalhadoras do Setor Público**

Mobilização Geral para derrotar a Reforma
Administrativa

6ª feira, 30/07

**9h: Encontro Nacional dos Trabalhadores e
Trabalhadoras do Setor Público**

Mobilização Geral para derrotar a Reforma
Administrativa

**TRANSMISSÃO AO VIVO EM:
FACEBOOK.COM/PROIFESFEDERAL**



Posicionamento do PROIFES sobre a proposta de ruptura na ANDIFES

A ANDIFES, criada em 1989, já como expressão da democratização do país, constituiu-se em um dos pilares da defesa da universidade pública federal.

De caráter autônomo e democrático, reúne o conjunto dos reitores das universidades para promover a interlocução com o governo, com a comunidade acadêmica e com a sociedade.

O anúncio de cisão nesta agremiação, patrocinada por um grupo minoritário formado por 5 reitores (UFC, UFERSA, UNIFEI, UFVJM e UFRGS), conforme anunciam no ofício tornado público neste 24 de julho de 2021, dá-se sob a alegação de pouca afinidade com os demais reitores – que são 65.

Não por acaso, são todos nomeados pelo atual presidente da república sem respeitar o nome escolhido pela comunidade.

Esta ação, promovida por este pequeno grupo de reitores, introduz perigosa partidarização e conseqüente enfraquecimento das nossas instituições federais de ensino.

As mais importantes características da ANDIFES são a sua independência em relação aos governos, o compromisso de defesa da universidade pública, sua autonomia e liberdade para a produção do conhecimento.

A cisão proposta expõe a visão desse pequeno grupo, conforme se deduz da carta anúncio, de criar nova entidade como uma premoção, que deva ser subalterna aos ditames do governo federal, vez que constituída por pessoas de confiança do governante e não por representantes democraticamente eleitos em suas universidades.

Diante deste grave precedente, o PROIFES-Federação repudia essa proposta e conclama os docentes das universidades alcançadas por tal ruptura para que se posicionem fortemente em oposição a essa iniciativa, concitando os conselhos superiores dessas instituições a não reconhecer como legítima essa tentativa de submissão das universidades federais ao apetite político partidário, em frontal contraposição aos interesses da sociedade.

PROIFES-FEDERAÇÃO, 29 de julho de 2021.

Mudança emergencial e temporária da sede administrativa da ADUFSCar e manutenção do fechamento das sedes sociais nos quatro campi

A ADUFSCar vem, desde o início da pandemia, manifestando sua defesa irrestrita em relação à segurança e à saúde de seus associados e colaboradores. Com essa premissa, a diretoria da entidade definiu no ano passado protocolos sanitários rígidos para o acesso e permanência dos funcionários nas suas instalações para garantir a continuidade das atividades administrativas, que são centralizadas na sede de São Carlos, e dos atendimentos telefônicos e virtuais aos associados nos quatro campi da UFSCar.

Recentemente, com a aprovação do "Plano de Retomada das Atividades Presenciais da UFSCar" pelo Consuni no dia 16/07/2021, a diretoria da ADUFSCar avaliou quais seriam as maneiras de contribuir com a decisão da UFSCar quanto às medidas restritivas necessárias no cuidado com a preservação da vida e da saúde, garantindo, porém, a manutenção do atendimento e dos serviços prestados aos seus associados da UFSCar e do IFSP.

Dessa avaliação, decidiu-se:

- Manter permanentemente fechadas as sedes sociais dos quatro campi. As secretárias atenderão por email e telefone celular.

- Mudar temporariamente e emergencialmente a sede administrativa da ADUFSCar, situada no campus São Carlos, onde concentram-se os documentos, servidor eletrônico, computadores e softwares relativos às atividades gerais do sindicato, para um imóvel fora do campus, onde serão mantidos os protocolos de segurança sanitária já vigentes e implementados pela diretoria.

A mudança ocorrerá em breve e o endereço e telefones de contato serão oportunamente divulgados.

Assim, a ADUFSCar assegura a independência na realização das suas atividades e atende a decisão do Conselho Universitário pela restrição de acesso aos campi, com o intuito de diminuir as chances de transmissão da COVID-19.

A Sede Administrativa da ADUFSCar já está instalada fora do campus.

Temos a satisfação de informar todos os associados que foi concluída a transferência temporária da Sede Administrativa da ADUFSCar, que já está instalada no seguinte endereço: Rua Wadi Cury, 80, Parque Arnold Schmidt, São Carlos. Assim, estão garantidos serviços essenciais para os associados, em especial durante a pandemia, como é o caso da permanente atualização de dados relativos à UNIMED (essencial à continuidade da prestação dos respectivos serviços), dentre outros que não podem ser realizados remotamente.

Registre-se que a Diretoria da ADUFSCar tem o entendimento de que o “Plano de Retomada das Atividades Presenciais da UFSCar”, aprovado pelo ConsUni em 16/07/2021, deve inequivocamente ser respeitado. Considera igualmente, contudo, que face à autonomia e à independência sindical que defendemos, não é o caso de submeter o adequado funcionamento da ADUFSCar – que representa docentes da UFSCar e do IFSP – à aprovação (ou não) de solicitações a serem feitas às instâncias da Universidade Federal de São Carlos. O fato concreto é que o plano aprovado não permite o acesso aos campi de pessoas com mais de 60 anos, por tempo ainda não determinado, e disso resulta que estão impedidos de entrar na nossa sede administrativa no campus de São Carlos a secretária-chefe da ADUFSCar, bem como o presidente, a vice-presidente, a primeira tesoureira e o segundo tesoureiro da ADUFSCar, dos quais depende, legalmente, a assinatura de quaisquer documentos (o que pode ser eventualmente exigido, se não aceitas firmas eletrônicas), bem como outros procedimentos administrativos que se façam necessários e que podem vir a ser requeridos. Refira-se que essa situação não seria revertida pela elaboração e aprovação de plano de contingência, pois esse impedimento de acesso não poderia ser revertido, em respeito ao “Plano” aprovado, que veda a entrada de pessoas na faixa etária citada.

Ressaltamos que todos os procedimentos sanitários – já informados – visando o respeito à saúde e à vida dos funcionários da ADUFSCar, implementados desde março de 2020, continuarão em pleno vigor, e que, até que haja efetivo controle da pandemia da COVID-19, as sedes da ADUFSCar em todos os campi continuarão sem acesso público aos associados. Além disso, foram tomados todos os cuidados relativos à segurança da nova sede, que está protegida por cerca elétrica, concertina e pelos serviços da Engefort – exatamente os mesmos anteriormente contratados para a vigilância da sede da entidade dentro do campus de São Carlos. Está garantida, igualmente, internet de alta velocidade e de todos os requisitos necessários ao pleno funcionamento da ADUFSCar, como telefonia – a Secretaria da ADUFSCar continuará atendendo (das 08h às 12h e das 14h às 18h) todas as ligações dos associados, bem como com eles seguirá correspondendo-se, via email.

Vale lembrar, finalmente, que a decisão tomada, em benefício e em defesa da continuidade de prestação de serviços aos associados, e ao resguardo à independência que deve haver entre o sindicato e a entidade patronal (a UFSCar), tem respaldo pleno no Estatuto da ADUFSCar, que em seu Art.10, inciso 2, dispõe que é competência da Diretoria “Organizar os serviços administrativos internos da ADUFSCar, Sindicato”.

18 de agosto: Dia de Mobilização Contra a Reforma Administrativa

A ADUFSCar vem lutando ao longo do ano de 2021, junto ao PROIFES, contra a aprovação da Reforma Administrativa que corresponde a um enorme retrocesso para o Serviço Público e representa o “desmonte do Estado”. Se aprovada, a Reforma vai afetar diretamente a vida de servidores aposentados, ativos e dos futuros servidores.

Para os aposentados, a extinção de carreiras acabará com a paridade entre ativos e inativos, e prejudicará a arrecadação previdenciária, inviabilizando a manutenção do Regime Próprio de Previdência Social.

Para os futuros servidores, a Reforma restringe a estabilidade no serviço público, a qual será sujeita à avaliação de desempenho, sem que se saiba que critérios seriam utilizados, quem os aplicaria e de que forma. Trata-se de uma proposta que abre brecha para a corrupção e para as indicações políticas em espaços que deveriam ser técnicos. Estes servidores terão menos direitos, menos estabilidade, condições mais frágeis de trabalho e estarão sujeitos a mais perseguições, demissões, e assédio nos órgãos públicos brasileiros.

Além disso, a Reforma cria cinco vínculos com o Estado, com características distintas. Essa distinção, quando aplicada também aos atuais servidores, tende a promover o enfraquecimento da categoria, a sobrecarga de alguns trabalhadores, e, conseqüentemente, a redução significativa na qualidade do serviço público. Não bastasse, ainda está prevista a extinção de benefícios conquistados ao longo dos anos, como as licenças-prêmio e as progressões funcionais baseadas exclusivamente no tempo de serviço.

Os colegas que ainda tem dúvidas sobre o tema, podem consultar novamente os vídeos dos debates realizados pelo PROIFES e pela ADUFSCar ao longo deste ano:

Série PROIFES explica: PEC 186 e Reforma Administrativa, em 08/03

<https://www.youtube.com/watch?v=l1vvyxdjpl0>

Série PROIFES Explica: PEC 186 e seus impactos para o serviço público e para docentes federais em 12/03

<https://www.youtube.com/watch?v=wlf2ZzCjNk8>

Mesa redonda: "Reforma Administrativa: os impactos para os docentes do Ensino Superior", realizada pela ADUFSCar em 25/05

https://youtu.be/KQ_IRKgeyjA

Encontro Virtual dos Aposentados da ADUFSCar: “Atuais ataques aos direitos dos servidores públicos aposentados” e “Aspectos gerais e gravidade da Reforma Administrativa” em 27/07.

<https://www.youtube.com/watch?v=sTpMRk-WWwY>

Neste mês de agosto, com a retomada das atividades do Congresso após o recesso, as Centrais Sindicais e demais Entidades de Defesa dos Servidores Públicos retomaram a agenda de mobilização contra a aprovação da Reforma Administrativa, com chamada para um Dia Nacional de Mobilização em 18 de agosto. Dada a gravidade do ataque que a Reforma Administrativa representa, a diretoria da ADUFSCar convoca seus associados para debater as ações de mobilização em assembleia geral.

Assembleia Geral da ADUFSCar
Pauta: Mobilização contra a Reforma Administrativa
16 de agosto às 17h30 (início regimental 18h00)

A Diretoria da ADUFSCar apresentará as seguintes propostas na AG:

1. Colocação de faixas na área externa de todos os campi da UFSCar contra a Reforma Administrativa;
2. Realização de “live” no dia 18/08, alertando os docentes e a população sobre a gravidade da Reforma;
3. Veiculação de matéria contra a Reforma em rádio e outras mídias.
4. Divulgação da lista de e-mails dos deputados e texto contra a Reforma ser enviado em massa.
5. Publicação de texto contra a Reforma, com sugestão para que seja lido/divulgado/publicado em todas as atividades que sejam realizadas no dia 18/08.
6. Articulação com as demais entidades: DCE, APG e SINTUFSCar para realização de atividades conjuntas no dia 18/08.

Resultados das AGs de 16 de agosto

Na primeira AG foram debatidos os prós e os contras da mudança da Sede Administrativa da ADUFSCar, já efetivada pela Diretoria. Dentre os objetivos dessa mudança, conforme já explicitado, estavam: garantir a prestação de serviços aos associados, dentre eles as atualizações permanentes de dados relativos à UNIMED, que não pode ser feita de forma remota; e viabilizar a continuidade do funcionamento administrativo da nossa entidade, posto que a Secretária administrativa, o Presidente, a Vice-presidente, a 1ª Tesoureira e o 2º Tesoureiro da ADUFSCar têm todos mais de 60 anos, e são esses os que assinam documentos e movimentam contas – com a entrada em vigor do “Plano de Retomada das Atividades Presenciais da UFSCar”, ficariam impedidos de acessar a Sede, se esta continuasse na UFSCar.

Chegou a ser encaminhada proposta de reversão da decisão tomada pela Diretoria da ADUFSCar, mas a assessoria jurídica da nossa entidade, presente à AG, esclareceu que não seria possível votá-la, por contrariar o Art.10, incisos 2 e 9 do Estatuto da entidade, que respectivamente estabelecem, como competência da Diretoria “*Organizar os serviços administrativos internos da ADUFSCar*” e “*Resolver os casos administrativos não previstos neste ESTATUTO*”. Na verdade, a assessoria jurídica já havia, inclusive, emitido parecer escrito orientando a diretoria a não convocar a AG solicitada, por entender que a pauta proposta desrespeitava o Estatuto da entidade. A diretoria, contudo, optou por convocar a assembleia para que fosse possível esclarecer eventuais dúvidas dos associados e dos integrantes do Conselho Fiscal que fizeram a solicitação.

Na segunda AG foram debatidas diversas propostas – as seis apresentadas pela Diretoria da ADUFSCar (no Comunicado 48) foram apoiadas consensualmente em todas as falas. A elas foram adicionados: 1) um acréscimo à primeira delas; e 2) uma sétima proposta (trechos em azul, adiante):

1. Colocação de faixas na área externa de todos os campi da UFSCar contra a Reforma Administrativa **em apoio à Greve Nacional**;
2. Realização de “live” no dia 18/08, alertando os docentes e a população sobre a gravidade da Reforma;
3. Veiculação de matéria contra a Reforma Administrativa em rádios e outras mídias.
4. Divulgação da lista de e-mails de deputados para envio em massa de texto contra a Reforma Administrativa.
5. Publicação de texto contra a Reforma, com sugestão para que seja lido/divulgado/publicado em todas as atividades que sejam realizadas no dia 18/08.
6. Articulação com entidades da comunidade (DCE, APG e SINTUFSCar), sindicais e da sociedade civil (cidades onde há campi), para a realização de atividades conjuntas.
7. **Explicitar em todos os materiais da mobilização o apoio ao Fora Bolsonaro.**

O conjunto das propostas acima foi então votado, e aprovado com alguns votos contrários.

Foi apresentada ainda uma oitava proposta, que transcrevemos: “A ADUFSCar apoia e participará de todos os movimentos programados para o dia 18, contra a Reforma Administrativa e Fora Bolsonaro. Porém, a ADUFSCar, reconhece que, devido à pandemia, a participação em movimentos presenciais é de natureza absolutamente individual. Nessa direção, os docentes que quiserem participar localmente desses movimentos presenciais, que o façam respeitando as normas contra a proliferação da Covid 19 e a ADUFSCar poderá fornecer o apoio necessário a quem queira participar.”

A Diretoria da ADUFSCar se manifestou, na assembleia geral, contra essa proposta, por entender que o atual estágio da pandemia é extremamente preocupante e que, à semelhança das precauções que vêm sendo tomadas em todas as ações da Diretoria da ADUFSCar e, inclusive, pela própria UFSCar, é imperativo não incentivar e nem apoiar aglomerações presenciais de qualquer natureza, mesmo considerando o momento político delicado em que nos encontramos e a premência de uma oposição frontal à Reforma Administrativa, claramente expressa nas seis propostas de ação virtual e nos posicionamentos publicados pela Diretoria da ADUFSCar.

A AG, contudo, contrariamente ao posicionamento da Diretoria da ADUFSCar, aprovou a proposta acima, por 16 votos a favor e 11 contrários.

Inscrições para a ADUFSCar, Sindicato - biênio 2021-2023

Inscreveram-se até as 18h de ontem, 19 de agosto de 2021, em consonância com o disposto no Edital de Convocação publicado pela Diretoria da ADUFSCar, Sindicato, no dia 05 de julho de 2021, os candidatos abaixo.

As candidaturas em tela serão analisadas, para fins de homologação, em reunião da Comissão Eleitoral a ser proximamente constituída, que levará em conta as disposições estatutárias da ADUFSCar, Sindicato, bem como o previsto no Regimento Eleitoral aprovado em assembleia geral para tal convocada.

Inscrições para a Diretoria da ADUFSCar, Sindicato

Chapa 1:

CARGO	NOME
Presidente	Adriana de Oliveira Delgado Silva
Vice-presidente	Ana Candida Martins Rodrigues
1º Secretário	Marilde Terezinha Prado Santos
2º Secretário	João Carlos Massarolo
1º Tesoureiro	Matilde Alzeni dos Santos
2º Tesoureiro	Ana Paula Serrata Malfitano

Chapa 2:

CARGO	NOME
Presidente	Fernanda Castelano Rodrigues
Vice-presidente	Marcos de Oliveira Soares
1º Secretário	André Farias de Moura
2º Secretário	Monica Jones Costa
1º Tesoureiro	Paula Regina Mendes da Silva Serrão
2º Tesoureiro	Fernando Periotto

Inscrições para o Conselho Fiscal da ADUFSCar, Sindicato

Titular	Suplente	Departamento	Inst.	Campus
André Coimbra Félix Cardoso		Administração	UFSCar	Sorocaba
Larissa Elaine Dantas de Araújo		Administração	UFSCar	Sorocaba
Emerson Pires Leal	Nivaldo Antônio Parizotto	Aposentados	UFSCar	São Carlos
Glauber Lucio Alves Santiago		Artes e Comunicação	UFSCar	São Carlos
Evandro Marsola de Moraes	André Cordeiro Alves dos Santos	Biologia	UFSCar	Sorocaba
Fernando Cesar Sala	Marcos Antônio Sanches Vieira	Biotecnologia e Produção Vegetal e Animal	UFSCar	Araras
Daniel Silveira Pinto Nassif	André Marcondes A. Toledo	Centro de Ciências da Natureza	UFSCar	Lagoa do Sino
Gustavo Fonseca de Almeida		Centro de Ciências da Natureza	UFSCar	Lagoa do Sino
Luciana de Souza Gracioso		Ciência da Informação	UFSCar	São Carlos
Alexander Vicente Christianini		Ciências Ambientais	UFSCar	Sorocaba
Eliana Cardoso Leite		Ciências Ambientais	UFSCar	Sorocaba
Joelson Gonçalves de Carvalho		Ciências Sociais	UFSCar	São Carlos
Ricardo Rodrigues Ciferri	Ednaldo Pizzolato	Computação	UFSCar	São Carlos
Yeda Regina Venturini		Computação / Sorocaba	UFSCar	Sorocaba
Guilherme Henrique Martins R Ribeiro	Eduardo Barreto de Figueiredo	Desenvolvimento Rural	UFSCar	Araras
Marcelo Adorna Fernandes		Ecologia e Biologia Evolutiva	UFSCar	São Carlos
Maria Cristina dos Santos	José Carlos Rothen	Educação	UFSCar	São Carlos
Ana Claudia Garcia de Oliveira Duarte		Educação Física	UFSCar	São Carlos
Denise Balestreno Menezes	Bernardo Arantes do N. Teixeira	Engenharia Civil	UFSCar	São Carlos
Itamar Aparecido Lorenzon	Gláucia Maria Dalfré	Engenharia Civil	UFSCar	São Carlos
Conrado Ramos Moreira Afonso		Engenharia de Materiais	UFSCar	São Carlos
Luiz Antônio Tonin		Engenharia de Produção	UFSCar	São Carlos
Sergio Henrique Evangelista	Jose Benaque Rubert	Engenharia Mecânica	UFSCar	São Carlos
Antônio Carlos Luperni Horta		Engenharia Química	UFSCar	São Carlos
Teresa Cristina Martins Dias		Estatística	UFSCar	São Carlos
José Eduardo Marques Baioni		Filosofia e Metodologia das Ciências	UFSCar	São Carlos
Filippo Ghiglieno		Física	UFSCar	São Carlos
Fernanda Keila Marino da Silva	João Batista Santos Jr	Física, Química e Matemática	UFSCar	Sorocaba
Larissa Riani Costa Tavares		Fisioterapia	UFSCar	São Carlos
Anderson Ferreira da Cunha		Genética e Evolução	UFSCar	São Carlos
Karina Gramani Say		Gerontologia	UFSCar	São Carlos
Alberto Carvalho Peret		Hidrobiologia	UFSCar	São Carlos
Flávia Bezerra de Menezes Hirata Vale	Camila Hofling	Letras	UFSCar	São Carlos
José Antônio Salvador	Renato José de Moura	Matemática	UFSCar	São Carlos
Geovani Gurgel Aciole da Silva		Medicina	UFSCar	São Carlos
Fernanda de Freitas Anfbal		Morfologia e Patologia	UFSCar	São Carlos
Cristina Broglia Feitosa de Lacerda		Psicologia	UFSCar	São Carlos
Luiz Carlos Gomide Freitas		Química	UFSCar	São Carlos
Fabio José Bechara Sanches	Jacqueline Sinhoretto	Sociologia	UFSCar	São Carlos
Heloisa Chalmers Sisle	Klinger Teodoro Ciríaco	Teorias e Práticas Pedagógicas	UFSCar	São Carlos
Roseli Esquerdo Lopes		Terapia Ocupacional	UFSCar	São Carlos
Priscila Domingues de Azevedo	Maria Claudia B Fragelli	UAC	UFSCar	São Carlos
Tiago Henrique Trojahn	Danilo A. Moscheto	Informática	IFSP	São Carlos

Aprovada a Prestação de Contas da ADUFSCar do ano de 2020 pelo Conselho Fiscal da ADUFSCar, por unanimidade

Foi aprovada no início de agosto, com o quórum exigido e o voto unânime favorável de todos os conselheiros presentes, a Prestação de Contas da ADUFSCar relativa ao ano de 2020. A elaboração do documento, com 12 páginas e 48 anexos, demandou grande esforço por parte da Diretoria, em meio à atual pandemia, posto que se foi preciso consultar um grande número de documentos. Veja abaixo um resumo:

Despesas

Investimentos	Valor	% da receita
Obras	R\$14.312,00	0,56%
Material permanente	R\$29.719,48	1,15%
Soma:	R\$44.031,48	1,71%

Despesas administrativas	Valor	% da
Salários e encargos	R\$844.481,61	32,81%
Assessoria jurídica	R\$221.584,92	8,61%
Assessoria de comunicação	R\$46.700,00	1,81%
Assessoria de informática	R\$31.603,54	1,23%
Contabilidade e administração	R\$42.515,52	1,65%
Viagens (hotéis e transporte)	R\$48.818,90	1,90%
Viagens (diárias)	R\$14.000,00	0,54%
Apoio a eventos	R\$20.055,51	0,78%
Repasses PROIFES	R\$222.067,66	8,63%
Material de consumo (copa, cozinha, limpeza)	R\$12.112,64	0,47%
Material de consumo (informática)	R\$1.624,46	0,06%
Material de consumo (escritório)	R\$413,37	0,02%
Outros serviços (telefonia)	R\$18.437,99	0,72%
Outros serviços (energia elétrica)	R\$36.075,10	1,40%
Outros serviços (manutenção)	R\$17.217,21	0,67%
Outros serviços (não listados acima)	14.743,22	0,57%
Repasses Araras, Sorocaba e Lagoa	R\$44.424,40	1,73%
Jornais e revistas	R\$2.098,70	0,08%
Contribuições (relativas a campanhas de combate à	R\$19.267,00	0,75%
Mobilização e divulgação	R\$6.547,80	0,25%
Recolhimentos: outros impostos	R\$4.392,21	0,17%
Pequenos gastos do dia a dia	R\$4.267,52	0,17%
Total:	R\$1.673.449,28	65,01%

Receitas

Receitas Contributivas	R\$2.488.329,27	96,67%
Receitas Financeiras	R\$28.254,60	1,10%
Ressarcimentos (pagamentos Duarte: 9 x R\$ 6.388,89)	R\$57.500,01	2,23%
Total:	R\$2.574.083,88	100,00%

Relembremos ainda que, em 2020, foram da mesma forma aprovados, por unanimidade, a Proposta Orçamentária para 2020 e a Prestação de Contas de 2019. Por último, registramos que, em janeiro deste ano, foi aprovada, mais uma vez por unanimidade, a Proposta Orçamentária relativa ao ano de 2021. Ei-la:

ADUFSCar: Proposta Orçamentária para 2021.

1. Projeção de despesas em 2021.

As estimativas de despesas da ADUFSCar em 2021 constam do quadro abaixo. Para obras, estão previstos 520.000 (expansão Sede de Araras), 572.030 (expansão da Sede de Sorocaba) e 50.000 (reforma Sede São Carlos). Algumas despesas (assinaladas com (1)) devem se manter inalteradas em relação ao ano anterior; outras, que foram represadas em 2020 (pandemia), deverão, em 2021, corresponder às feitas em 2019 corrigidas pela estimativa de inflação desde então (8%); e há as que devem ser equivalentes às feitas em 2020, corrigidas pela respectiva estimativa de inflação (4%). Nas despesas relativas a viagens, supõe-se que não haverá gastos em janeiro e fevereiro.

2. Projeção de receitas para 2021.

As Receitas Contributivas em 2021 devem ser próximas às de 2020, pois não haverá reajuste nos salários dos docentes. As Receitas Financeiras serão um pouco maiores, porque o Sr. Duarte (antigo gestor do Restaurante da ADUFSCar) deverá fazer 12 pagamentos mensais em 2021 (e não 9, como em 2020), por força de decisão judicial.

Proposta Orçamentária para 2021		
Despesas		
Investimentos	Valor	Percentual
Obras (1)	1.142.030,00	48,0%
Material permanente e investimentos (3)	56.252,30	2,4%
Total de investimentos	1.198.282,30	50,3%
Despesas administrativas		
	Valor	Percentual
Salários e encargos dos funcionários (2)	749.400,00	31,5%
Assessorias: jurídica, informática e comunicação (2)	248.400,00	10,4%
Contabilidade (4)	42.952,00	1,8%
Viagens, hotéis e transporte (3)	255.973,13	10,8%
Apoio a eventos (3)	158.287,40	6,6%
Repasses ao PROIFES (2)	245.200,00	10,3%
Materiais de consumo (3)	33.676,76	1,4%
Outros serviços (3)	154.339,44	6,5%
Repasses para as sedes dos demais campi (3)	76.111,20	3,2%
Jornais e revistas (3)	3.197,16	0,1%
Mobilizações (5)	80.000,00	3,4%
Outros impostos (4)	2.573,51	0,1%
Pequenos gastos diários (3)	15.529,13	0,7%
Total de despesas administrativas	2.065.639,74	86,8%
Total de despesas	3.263.922,04	137,1%
Receitas		
Receitas Contributivas	Valor	Percentual
Receitas Contributivas (2)	2.245.447,06	94,3%
Receitas Financeiras	Valor	Percentual
Receitas Financeiras (7)	135.201,95	5,7%
Total de Receitas	2.380.649,01	100,0%
Balanco geral (Receitas menos Despesas)	(883.273,03)	-37,1%

(1) Ampliação da Sede de Araras (520.000), da Sede de Sorocaba (572.030) e reforma da Sede de São Carlos (50.000)

(2) Valores: iguais aos gastos havidos de 2020 (no caso das Receitas Contributivas, a arrecadação prevista é a mesma)

(3) Valores: gastos havidos em 2019, corrigidos por estimativa de inflação de 8% (2019/2021), multiplicados por (8/12)

(4) Valores: gastos havidos em 2020, corrigidos por estimativa de inflação de 4% (2020/2021)

(5) Valores: o dobro dos gastos havidos em 2019, conforme previamente corrigidos por estimativa de inflação de 8% (2019/2021)

(6) Receitas financeiras: rendimento de aplicações acrescido do pagamento de R\$76.666,68 pelo Sr. Duarte (dívida judicial)

Publicação de defesa do professor Eduardo Rolim de Oliveira

O texto que se segue é um manifesto público do professor Eduardo Rolim de Oliveira, Diretor de Relações Internacionais do PROIFES-Federação, que pede aos sindicatos filiados ampla divulgação, por estar sendo atingido por uma campanha de difamação da ANDES, contra a qual está sendo estudado processo judicial. A ADUFSCar, filiada ao PROIFES, procede, portanto, à divulgação solicitada.

“A Andes mente, como sempre!”

No mesmo estilo que Bolsonaro, a Andes se caracteriza por ser uma usina de fake news! Aliás, poucos exemplos de práticas políticas são tão parecidos como são Andes e Bolsonaro, inimigos do contraditório, da democracia e da razão. Os que conhecem a Andes e Bolsonaro têm esta certeza, são vinho da mesma pipa. Por isso nenhuma dessas alternativas serve para os professores federais e para a Universidade. A Andes não me perdoa por ser fundador e ex-presidente do PROIFES entidade que foi criada como uma reação dos professores federais ao tipo de sindicalismo autoritário e arcaico que aquela entidade praticava em 2004 e que por incrível que pareça, 15 anos depois e muito menos importante no contexto dos sindicalismo brasileiro essa entidade não mudou nada. Já perdeu parte significativa de suas bases, está fora de todas as discussões da educação brasileira hoje, pois não participa do Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE) e nem organiza e constrói a Conferência Nacional Popular de Educação (Conape 2022) e financia uma central sindical irrelevante no espectro das lutas dos trabalhadores. É dessa entidade que falamos. Aqui em Porto Alegre não me perdoam porque liderei a saída da ADUFRGS-Sindical dessa entidade, o que foi uma grande conquista dos professores do Rio Grande do Sul. Hoje a ADUFRGS-Sindical é o maior sindicato local de professores federais do Brasil, representando os professores da UFRGS, da UFCSPA, do IFRS e do IFSul, com registro sindical e ampla representação social, filiada à CUT, a maior e mais importante central sindical do país e ao PROIFES-Federação e muito importante para os trabalhadores do nosso estado. A ADUFRGS-Sindical é uma entidade plural, democrática e que está inserida em todas as lutas contra Bolsonaro, pela Autonomia Universitária e na defesa da UFRGS e das demais IFES de sua base. Está ativamente construindo a CONAPE e as Frentes de Luta em defesa da democracia.

Ao produzir e divulgar no site de uma autoproclamada seção sindical da Andes aqui em Porto Alegre, notícia marrom, intitulada “Integrante da Proifes vota pela intervenção na UFRGS” os representantes da aludida entidade estreita trazem à tona uma série de inverdades, mas ao mesmo tempo mostram de forma crua e direta sua forma de agir e de pensar.

Em primeiro lugar ao afirmar que integrante da Proifes vota, ela mostra seu apreço ao aparelhismo sindical, pelo qual uma pessoa eleita para um cargo de conselheiro universitário deve ser uma espécie de autômato que apenas segue os ditames de um grupo externo. Eu, diferentemente disso, não estou no CONSUN da UFRGS representante nem a ADUFRGS-Sindical nem o PROIFES-Federação, mas sim um agente público, eleito para tal cargo pelos meus pares, que age pelos princípios da administração pública, e que, mesmo sem abrir mão um único milímetro de minhas convicções sindicais, partidárias e ideológicas, voto com minha consciência, com independência e com análise criteriosa dos processos em tela. No caso específico de meu voto contra o pedido de destituição do Reitor nomeado por Bolsonaro apesar de ter sido o 3º colocado na lista tríplice, o fiz após conversar com muitos colegas, ouvir advogados, participar de plenária do meu sindicato com conselheiros associados e em consenso com minha suplente. Isso não tem absolutamente nada a ver com minha posição em relação ao atual mandatário da UFRGS e sua administração, que é por demais conhecida na UFRGS e no CONSUN da UFRGS. Votei NÃO porque não considerava e continuo não considerando adequado este pedido naquele momento de 13/08/2021. O

CONSUN ao mesmo tempo solicitou ao MEC a instauração de um PAD contra Bulhões e sem esperar a resposta já pediu a destituição e se não bastasse, ainda pediu providências ao MPF e igualmente sem esperar, já julgou e condenou à destituição. Isso para mim não foi a melhor conduta, pois fragiliza todos os três pedidos, já que demonstra que não importa o resultado dos pleitos, o que importa, para alguns conselheiros, é afastar Bulhões, sem pensarem na imagem e no funcionamento da UFRGS e na legalidade dos processos. O problema é justamente este, o CONSUN não tem o poder de afastar o Reitor, tem que pedir para o Ministro de Bolsonaro que o faça. Mas até aí não tem problemas, eu não sou contra que se marque politicamente os erros de Bulhões, que realmente errou ao descumprir a decisão do CONSUN de anular sua reforma administrativa e aqui é que está o cerne da minha decisão de votar contra. Eu não concordo que o CONSUN aplique a maior de todas as sanções que pode fazer ao Reitor sem que isso seja feito com o devido rito de um processo administrativo. Bulhões está exercendo o mandato de Reitor sem ter sido eleito, ainda que com amparo legal, mas é meu colega professor da UFRGS e para ele e para qualquer outro professor eu não aceitei que fosse denunciado ao MEC sem que se tivesse dado a ele amplo direito de defesa. E isso foi proposto por mim e por outros conselheiros aquele dia, que deveríamos, antes de votar o pedido de destituição, notificá-lo de que isso seria votado e darmos a ele 1 semana que fosse para se justificar e se defender desta denúncia e então votarmos, mesmo que eu entendesse que esta pena máxima devesse esperar um tempo para ver o que o MPF ia fazer ou se o Ministro de Bolsonaro abria ou não o PAD. Deste princípio de amplo direito de defesa eu não abro mão e por isso votei 'Não', mesmo respeitando muitos conselheiros que entenderam diferente. Terríveis são os dias que viveremos se voltar o tempo da ditadura em que o direito de defesa foi abolido, e terrível será o dia em que a Andes mandar no país, porque aí talvez seja até pior que o que já tivemos, pois para esta entidade não existe direito à divergência, nem direito de defesa e todos são julgados e condenados a priori.

O que a Andes não diz em seu libelo acusatório contra mim é que eu votei a favor de todas as decisões do CONSUN que levaram até esta sessão de 13/08, que fui eu quem propôs e consegui a maior aprovação desta legislatura do CONSUN, de moção contra a decisão de Bulhões de sair da Andifes. Mas a UFRGS e o movimento sindical me conhecem. Todos aqui sabem que fiz campanha e votei em Rui, o Reitor que ganhou a eleição e deveria ter sido nomeado Reitor por mais 4 anos. Todos sabem que milito há anos pela Autonomia Universitária, e foi durante minha presidência que o PROIFES aprovou em última versão seu projeto de Lei Orgânica das Universidades e Institutos Federais, que acaba com a lista tríplice. Fui eu quem articulou com a ADUFRGS-Sindical e com o PROIFES-Federação a realização de um grande seminário nacional com os Reitores não nomeados, dentro de uma articulação política e jurídica para que o STF vote a favor da ADI 6565 que visa anular as nomeações de reitores não eleitos. Todos sabem das minhas posições políticas e ideológicas, a da minha luta pela causa da Educação pública, contra a Reforma Administrativa e pela instituição da real autonomia universitária. Já a Andes em sua política sempre escorregadia e dúbia, que sempre ajudou os governos a desvalorizarem nossa carreira, é contra a regulamentação do Art. 207 da Constituição, pois entende, da mesma forma que uma avestruz enfia a cabeça em um buraco quando sente perigo, que a autonomia é auto-aplicável, ou seja, o melhor é não fazer nada. Aliás essa a política desta entidade, no governo FHC nunca negociou e nosso salário foi o pior da história, nos governos Lula e Dilma foi a oposição mais dura, dizendo que era um governo igual ao de FHC. Felizmente o PROIFES já existia e nosso salário foi o maior dos últimos 30 anos. Deve estar contente agora com Bolsonaro, que é contra sindicatos, pois aí não precisa fazer nada, só discursinhos vazios e falsas promessa de unidade, mas sem entrar no FNPE, sem realmente aceitar a unidade, pois unidade pressupõe aceitar o contraditório e a democracia, palavras que a Andes não conhece. Felizes os professores federais que não precisam mais dessa entidade, como já ocorre na UFRGS desde 2008.

Em defesa da democracia, da pluralidade, sigo meu caminho! Só escrevi este texto e vou à justiça porque o ataque da Andes não foi a mim, foi ao PROIFES e à ADUFRGS, que não mereciam isso. Por falar em ADUFRGS e apoio a Bulhões a Andes deveria explicar a seus apoiadores no país porque em 2019 apoiaram para Presidente da ADUFRGS o colega que foi o 1º Chefe de Gabinete de Bulhões.

Porto Alegre, 25 de agosto de 2021.

Prof. Eduardo Rolim de Oliveira

1. Debate entre as Chapas concorrentes à Diretoria da ADUFSCar

A partir das 18h desta segunda-feira, 30 de agosto de 2021, as duas chapas inscritas para disputar as eleições da Diretoria da ADUFSCar participarão de debate, cujo link será disponibilizado no próprio dia acima indicado. [Convidamos a todos para acompanhar esse importante evento.](#)

Informamos também que informações sobre as eleições estão disponíveis na página da ADUFSCar, em aba criada exclusivamente para isso.

2. Comissão Eleitoral homologa candidaturas inscritas para concorrer à Diretoria e ao Conselho Fiscal da ADUFSCar, Sindicato, impugnando apenas duas

Em complemento ao Comunicado 50/2021 informamos que a Comissão Eleitoral, em sua primeira reunião, no dia 23 de agosto de 2021, homologou as candidaturas das duas chapas que disputarão as eleições para a direção da ADUFSCar, Sindicato, e, também, os dos associados que se inscreveram para disputar o Conselho Fiscal (as informações sobre os inscritos constam do Comunicado 50), à exceção das seguintes, por não estarem em conformidade com o Artigo 30 do Estatuto da entidade:

- 1) Professora Larissa Elaine Dantas de Araújo, inscrita para disputar as eleições como membro titular do Conselho Fiscal, representando os docentes do Departamento de Administração, UFSCar, campus de Sorocaba, cuja candidatura foi impugnada por ser associada a menos de 90 dias;
- 2) Professor André Cordeiro Alves dos Santos, inscrito para disputar as eleições como membro suplente do Conselho fiscal, representando como membro suplente os docentes do Departamento de Biologia, UFSCar, campus de Sorocaba, cuja candidatura foi impugnada por ser Diretor de Centro.

3. PROIFES participa da reunião do Pleno do Fórum Nacional Popular de Educação

O PROIFES-Federação participou, neste último dia 19 de agosto, de mais uma reunião do Pleno do FNPE (Fórum Nacional Popular de Educação), que reúne as principais entidades de representação dos setores vinculados à Educação no Brasil: o PROIFES (que é a única entidade de professores de Universidades e Institutos Federais que integra o FNPE), a ANDIFES (dirigentes de Universidades Federais), o CONIF (dirigentes de Institutos Federais), a FASUBRA (que representa servidores das IFES), a CNTE (que representa os professores do ensino básico público em todo o Brasil), a UNE (União Nacional dos Estudantes), a UBES (União Brasileira de Estudantes Secundaristas), entidades científicas, como a ANPE, a ANFOPE e a ANPAE, a CAMPANHA pelo Direito à Educação, e dezenas de outras.

Acompanhe a seguir a **SÍNTESE DA REUNIÃO DO PLENO DO FNPE:**

DATA: 19 de agosto de 2021 HORA: 10h às 12h35

PRESENCAS: ABDC - ABECS - ABPN - ANDIFES - ANFOPE - ANPAE - ANPED - CAMPANHA - CEDES-CFP - CNTE - CONAQ - CONTAG - CONTEE - CTB - CUT - FASUBRA - FÓRUM EJA - MIEIB - MST - PROIFES - RED ESTRADO - UBES- UBM - UNCME - UNE

Representações dos seguintes 21 Estados: AL - AM - BA - CE- DF - ES - GO - MA - MT - MS - MG - PA - PB - PR - PE - RJ - RN - RS - SC - SP - SE

PAUTA: 1. Informes Gerais; 2. Análise da Conjuntura Política e Educacional; 3. Ingresso de novas Entidades; 4. Etapa Nacional - Ajuste de Data; 5. Outros Encaminhamentos

DISCUSSÕES E ENCAMINHAMENTOS

1. Foram oferecidos informes sobre as mobilizações nacionais e pelos estados, calendários de conferências livres, lançamentos de etapas nacionais, tanto pelas entidades nacionais quanto pelas representações dos fóruns nos estados. Foram destacados os Atos nas ruas e na internet que mobilizaram a população ao longo do dia (18), repúdio à PEC 32 (Reforma Administrativa), à MP 1045, e às privatizações (hashtag #18ADiadeLuta) e as várias atividades de lançamento da Conape pelos estados, conferências livres e atividades preparatórias. Foram discutidos aspectos relativos à realização da CONAPE e da CONAE (governamental), ainda sob os efeitos da destituição de entidades desde 2017. Manifestada a posição de manutenção de todo esforço e empenho das entidades na realização da CONAPE, como em 2018. Todo o calendário de atividades (já realizadas e a realizar), além de 'cards' e

matérias sobre as conferências populares de educação devem ser encaminhadas ao FNPE para fortalecimento da divulgação e ampla mobilização. Foi feito o convite para o Seminário Intersetorial “Saúde, Educação e Assistência Social na pandemia de COVID-19: em defesa da vida na retomada das atividades presenciais”, que acontecerá no dia 03.09 às 14h, e destacado a importância da participação no debate nesse momento de retomada as atividades presenciais nas redes públicas de educação.

2. Foram feitas análises sobre a Conjuntura atual tratando do aprofundamento de uma agenda regressiva em termos de direitos, sobre a conduta genocida e beligerante do Presidente da República, sobre os retrocessos agudos e em diferentes áreas e setores do campo educacional e o desserviço que presta o Ministro da Educação com suas ações, falas e omissões. Expuseram: Tino Lourenço (CUT), Romualdo Portela de Oliveira (Anpae) e Gabriel Barros e Guilherme Barbosa (UNE).

3. Após apreciação pela Coordenação Executiva e observância dos critérios estabelecidos pelo Regimento do FNPE foram acolhidas as solicitações de ingresso das seguintes entidades: Coletivo Nacional de Educação da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) e Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (ABECS). Passam a compor o FNPE a CONAQ e a ABECS. Com isso o FNPE passa a ter 44 (quarenta e quatro) entidades nacionais.

4. Foram dados informes das reuniões anteriores entre a Coordenação Executiva do FNPE, o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, o Fórum Estadual de Educação e demais entidades da Comissão Organizadora Local (COLOCAL) da Etapa Nacional. A etapa nacional estava sendo prevista para o período de 9 a 12 de junho, em Natal, Rio Grande do Norte. Em razão da necessidade de garantir ampla mobilização e um espaço adequado para comportar um público elevado e, em razão dos desdobramentos das tratativas, o Centro de Convenções não estaria disponível para este período. Após diálogos, foi bloqueado outro período possível para a Etapa Nacional, de 12 a 17 de julho de 2022. Para assegurar um espaço e estrutura necessários para a etapa nacional que está sendo projetada para 3 (três) mil pessoas, a Coordenação Executiva trouxe para o Pleno a proposta de realização em outro período. Após as discussões, ficou indicada e ratificada a realização da Etapa Nacional, que será realizada entre os dias 15, 16 e 17 de julho de 2022 (um final de semana), para assegurar o caráter popular e a participação de vários setores e segmentos da educação e da sociedade, em um Centro de Convenções que possa melhor acomodar esta mobilização popular.

5. A Coordenação Executiva se reunirá na próxima semana, dia 25 de agosto, 09h, para discutir e outras ações, bem como agendar uma reunião com a Uneme Nacional para avaliar os encaminhamentos nos estados, especialmente em relação às concepções sobre Conae e Conape para posterior orientação do FNPE aos Fóruns Estaduais.

1. Conferência Livre da CONAPE: Autonomia, Financiamento e Gestão do Ensino Superior no atual cenário socio político brasileiro (c/participação da ADUFSCar).

Nesta quinta-feira a “**Semana Freireana do PROIFES**” incluiu a um dia inteiro de atividades de Conferência Livre preparatória para a CONAPE (Conferência Nacional Popular de Educação) - 2022, para debater “Autonomia, Financiamento e Gestão do Ensino Superior no atual cenário sociopolítico brasileiro”. Assista esse evento em: <https://www.youtube.com/watch?v=oWn2Xw0OOnk>

A abertura aconteceu às 8h30 com a participação de doze entidades nacionais e internacionais da Educação, seguida de três mesas, encerrando-se o evento no fim da tarde. A programação foi a seguinte:

09:30 até 10:30 - MESA 01 – O papel das IES na reconstrução da soberania e da institucionalidade democrática do país, com a participação de **Jesualdo Farias** (UFC, ex-Secretário da SESu, 2015-2016), **Ênio Pontes de Deus** (SIND-PROIFES), **Oswaldo Gomes Corrêa Negrão** (ADURN/PROIFES) e **Geovana Reis** (ADUFG).

14:00 até 15:00 -MESA 02 – Valorização dos/as profissionais da educação superior: formação, carreira, remuneração e condições de trabalho e saúde, com **João Carlos Salles Pires da Silva** (Reitor da UFBA), **Eduardo Rolim** (ADUFRGS/PROIFES), **Raquel Nery Lima Bezerra** (APUB/PROIFES) e **Marta Lícia** (APUB)

16:30 até 17:30 -MESA 03 - Gestão democrática e financiamento da educação superior: participação, transparência e controle social, com **Rui Oppermann** (Reitor eleito, embora não empossado da UFRGS), **Gil Vicente Reis de Figueiredo** ([ADUFSCar](#)/PROIFES), **Lúcio Olímpio de Carvalho Vieira** (ADUFRGS/PROIFES) e **Zélia Granja Porto** (ADUFEPE).

1. Novos telefones da ADUFSCar

Informamos aos associados que os novos números de telefone disponíveis na Sede da ADUFSCar em São Carlos são os seguintes: **16-3361 1503** e **16-9.9706.1635**

Os funcionários da ADUFSCar / São Carlos comparecem à entidade em esquema de rodízio, ficando sempre apenas um por período na Sede. O trabalho, no período da manhã, vai das 8h ao meio dia; e, no período da tarde, das 14h às 18h. Os horários de atendimento, portanto, são de segunda a sexta-feira, das 8h ao meio dia e das 14h às 18h.

2. Realizado debate virtual entre as Chapas concorrentes à Diretoria da ADUFSCar

No dia 30 de agosto de 2021, a partir das 18h, aconteceu o único debate havido entre as chapas concorrentes à Diretoria da ADUFSCar: Chapa 1, ADUFSCar VIVA: plural, democrática, independente e combativa e Chapa 2, Mais ADUFSCar. 77

Compuseram o debate quatro blocos consecutivos. No Bloco 1, cada chapa discorreu por 5 minutos sobre o seu programa para a próxima gestão. No Bloco 2 as chapas fizeram perguntas entre si – cada qual formulou duas. No Bloco 3 a plateia enviou questões para as chapas. Foram consideradas, com a concordância das duas chapas, as 12 primeiras questões enviadas para o ‘chat’ do debate, dentre as quais foram posteriormente sorteadas duas a serem feitas para cada uma das chapas. No Bloco 4, por último, cada chapa apresentou, em 5 minutos, suas considerações finais.

Todos os procedimentos relativos a sorteios das ordens de falas e de perguntas, do tempo de duração das perguntas (1 minuto), das respostas (3 minutos) e das réplicas (2 minutos) foram pactuados pela Comissão Eleitoral, com acordo unânime das chapas. Pactuou-se que, após esgotados os prazos acima indicados (1, 2 ou 3 minutos, de acordo com o caso), haveria um tempo de tolerância, também estabelecido por consenso: 15 segundos.

Foi usado um sorteador eletrônico automático. Todos os tempos foram rigorosamente controlados e obedecidos durante o debate, com o uso de um temporizador, e em nenhum momento qualquer das chapas expressou qualquer discordância em relação ao fiel cumprimento de tudo o que havia sido pactuado.

A íntegra do debate está disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=BaIcTr2ZQaQ>

3. Interromperemos a publicação de Comunicados durante o período eleitoral

A Diretoria da ADUFSCar, considerando que uma das chapas concorrentes,

a Chapa 1, ADUFSCar VIVA: plural, democrática, independente e combativa, é de situação,

e, por óbvio, é apoiada pela atual Diretoria da ADUFSCar, não publicará ‘Comunicados’ durante o período eleitoral, ou seja, entre os dias 03 de setembro e 09 de setembro, para que não paire qualquer tipo de dúvida sobre um alegado uso da estrutura do Sindicato durante as eleições. Voltaremos à publicação dos Comunicados apenas no dia 10 de setembro, após a apuração do resultado das urnas.

4. O Regimento Eleitoral aprovado não permite, durante o processo de votação, qualquer tipo de propaganda eleitoral

Por fim, pedimos a todos os nossos associados que atentem para o Art. 14, §4º e §5º, do Regimento:

“§4º - Durante o processo de votação não será permitido qualquer tipo de propaganda, devendo denúncia a respeito ser encaminhada à Comissão Eleitoral; §5º - As denúncias referidas nos parágrafos anteriores, a critério da Comissão Eleitoral, podem resultar na impugnação da(s) Chapa(s) que as praticarem, cabendo recurso ao Conselho Fiscal, em primeira instância, à Assembleia Geral, convocada especificamente com essa pauta, em segunda instância, e à Consulta Eletrônica, em instância final.”

Assim, considerando que é muito relevante, para o fortalecimento da ADUFSCar, Sindicato, que a votação ocorra em clima de tranquilidade, sem contratemplos ou denúncias, solicitamos gentilmente aos colegas que, entre os dias 03 e 09 de setembro, se abstenham de qualquer tipo de atividade que possa ser caracterizada como propaganda para qualquer das chapas inscritas nas eleições (Diretoria e CF) em curso.

Resultado das eleições para a Diretoria e Conselho Fiscal da ADUFSCar

Eleições para a Diretoria da ADUFSCar

Chapa 1: 436 votos

CARGO	NOME
Presidente	Adriana de Oliveira Delgado Silva
Vice-presidente	Ana Candida Martins Rodrigues
1º Secretário	Marilde Terezinha Prado Santos
2º Secretário	João Carlos Massarolo
1º Tesoureiro	Matilde Alzeni dos Santos
2º Tesoureiro	Ana Paula Serrata Malfitano

Chapa 2: 525 votos

CARGO	NOME
Presidente	Fernanda Castelano Rodrigues
Vice-presidente	Marcos de Oliveira Soares
1º Secretário	André Farias de Moura
2º Secretário	Monica Jones Costa
1º Tesoureiro	Paula Regina Mendes da Silva Serrão
2º Tesoureiro	Fernando Periotto

Em branco: 20 votos

Eleições para o Conselho Fiscal (em azul estão os eleitos)

Titular	Suplente	A	B	Branco	Departamento
André Coimbra Félix Cardoso (Chapa A)		3		0	Administração
Emerson Pires Leal (Chapa A)	Nivaldo Antonio Parizotto (Chapa A)	81		43	Aposentados
Glauber Lucio Alves Santiago (Chapa A)		6		3	Artes e Comunicação
Evandro Marsola de Moraes (Chapa A)		7		1	Biologia
Fernado Cesar Sala (Chapa A)	Marcos Antonio Sanches Vieira (Chapa A)	6		0	Biotecnologia e Produção Vegetal e Centro de Ciências da Natureza
Daniel Silveira Pinto Nassif (Chapa A)	André Marcondes A Toledo (Chapa A)	14		0	
Gustavo Fonseca de Almeida (Chapa B)			10		
Luciana de Souza Gracioso		8		0	Ciência da Informação
Eliana Cardoso Leite (Chapa A)		1		0	Ciências Ambientais
Alexander Vicente Christianini (Chapa B)			7		
Joelson Gonçalves de Carvalho (Chapa A)		4		0	Ciências Sociais
Ricardo Rodrigues Ciferri (Chapa A)	Ednaldo Pizzolato (Chapa A)	26		4	Computação
Yeda Regina Venturini (Chapa A)		7		0	Computação / Sorocaba
Guilherme Henrique M R Ribeiro (Chapa A)	Eduardo Barreto de Figueiredo (Chapa A)	1		1	Desenvolvimento Rural
Marcelo Adorna Fernandes (Chapa A)		4		0	Ecologia e Biologia Evolutiva
Maria Cristina dos Santos (Chapa A)	José Carlos Rothen (Chapa A)	13		0	Educação
Ana Claudia Garcia dew Oliveira Duarte (Chapa A)		7		1	Educação Física
Denise Balestreno Menezes (Chapa A)	Bernardo Arantes N Teixeira (Chapa A)	12		0	Engenharia Civil
Itamar Ap.Lorenzon (Chapa B)	Gláucia M Dalfré (Chapa 2)		17		
Conrado Ramos Moreira Afonso (Chapa A)		12		1	Engenharia de Materiais
Luiz Antonio Tonin (Chapa A)		10		0	Engenharia de Produção / São Carlos
Sergio Henrique Evangelista (Chapa A)	Jose Benaque Rubert (Chapa A)	9		0	Engenharia Mecânica
Antonio Carlos Luperni Horta (Chapa A)		15		1	Engenharia Química
Teresa Cristina Martins Dias (Chapa A)		7		1	Estatística
José Eduardo Marques Baioni (Chapa A)		1		0	Filosofia e Metodologia das Ciências
Filippo Ghiqlieno (Chapa A)		11		0	
Fernanda Keila Marino da Silva (Chapa A)	João Batista Santos Jr (Chapa A)	13		3	Física, Química e Matemática
Larissa Riani Costa Tavares (Chapa A)		6		0	Fisioterapia
Anderson Ferreira da Cunha (Chapa A)		2		0	Genética e Evolução
Karina Gramani Say (Chapa A)		3		0	Gerontologia
Alberto Carvalho Peret (Chapa A)		6		1	Hidrobiologia
Flávia Bezerra de Menezes Hirata Vale (Chapa A)	Camila Hofling (Chapa A)	15		2	Letras
José Antonio Salvador (Chapa A)	Renato José de Moura (Chapa A)	22		1	Matemática
Geovani Gurgel Aciole da Silva (Chapa A)		10		2	Medicina
Fernanda de Freitas Anibal (Chapa A)		2		0	Morfologia e Patologia
Cristina Broglia Feitosa de Lacerda (Chapa A)		19		0	Psicologia
Luiz Carlos Gomide Freitas (Chapa A)		14		2	Química
Fabio José Bechara Sanches (Chapa A)	Jacqueline Sinhoretto (Chapa A)	6		0	Sociologia
Heloisa Chalmers Sisle (Chapa A)	Klinger Teodoro Ciriaco (Chapa A)	14		1	Teorias e Práticas Pedagógicas
Roseli Esquerdo Lopes (Chapa A)		6		3	Terapia Ocupacional
Priscila Dominques de Azevedo (Chapa A)	Maria Claudia B Fraçelli (Chapa A)	7		0	UAC
Tiago Hentique Trojahn (Chapa A)	Danilo A. Moscheto (Chapa A)	3		0	Informática

1. Agradecimentos

No dia **8 de julho de 1999**, há pouco mais de **22 anos**, iniciava seu trabalho à frente da Diretoria da ADUFSCar o mesmo grupo que hoje finaliza a atual gestão, período esse em que, ininterruptamente, dirigiu a nossa entidade, de forma fraternal, conjunta e harmoniosa, sempre com o máximo respeito às diferenças de pontos de vista e ao leque plural de opiniões existentes – característicos da multiplicidade de concepções dos nossos representados. Foram **13** mandatos eletivos, nos quais publicamos **952** ‘Comunicados’, dos quais este é, **por ora**, o último.

Assim é que expressamos com enorme honra o nosso agradecimento às e aos docentes que, por tanto tempo, em nós depositaram a sua confiança, período em que nos prestigiaram seguidamente, tendo, nas atuais eleições, nos apoiado mais uma vez com os 436 votos concedidos à Chapa 1, ADUFSCar VIVA, de renovação e continuidade. Nosso especial carinho vai, particularmente, para as muitas dezenas de colegas – alguns já falecidos - que estiveram à frente da ADUFSCar nessas duas décadas, liderando as lutas e as conquistas havidas, fruto do empenho e da mobilização coletivos.

2. Um breve histórico

Apresentamos a seguir um breve histórico desse período, em especial de 2004 em diante, quando da fundação do PROIFES, hoje uma Federação – a trajetória de conquistas foi, infelizmente, interrompida a partir de 2016, com a chegada ao poder federal de forças que defendem a restrição e o estrangulamento dos serviços públicos, e que vêm hostilizando frontalmente as nossas instituições (Universidades e Institutos) e seus servidores, com dramática redução de aporte de verbas e sucessivos congelamentos salariais, que já perduram por mais de quatro anos.

A fundação do PROIFES

O movimento docente surgiu, no Brasil, no final da década de 70, com a organização de professores universitários a partir de seus locais de trabalho, do que resultou a criação de várias ‘Associações de Docentes’ (ADs). Essa iniciativa desempenhou, à época, papel central nas lutas pela redemocratização do País, inicialmente na resistência às intervenções da ditadura militar, com suas políticas de supressão da liberdade de expressão, contribuindo depois para o processo de construção de uma universidade pública e gratuita de qualidade, e para a luta em defesa de melhores condições de vida e de trabalho da categoria.

A ANDES, Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, foi fundada em fevereiro de 1981, a partir das ADs pré-existentes, numa época em que era proibida a sindicalização de servidores públicos, e defendia, como fundamental, o princípio da autonomia em relação ao Estado, às mantenedoras, aos partidos políticos e às administrações das instituições de ensino superior. Sua estrutura, originalmente adequada às conquistas que protagonizou, tinha nas AGs de base as principais instâncias de debate político.

Durante os primeiros anos de sua existência, as lutas políticas da ANDES se pautavam por bandeiras amplamente consensuais. As sucessivas diretorias eram eleitas em processos caracterizados pela apresentação de uma única chapa, que se constituía após debates nos Congressos que precediam os pleitos. Aos poucos, foi sendo consolidando, no interior da ANDES, um bloco político dirigente, do que resultou, em 1986, a constituição formal de uma ‘corrente’, denominada ‘ANDES Autônoma e Democrática’ ou ANDES-AD.

Com o decorrer dos anos começaram a ser observados dois fenômenos, distintos e complementares: de um lado, a ANDES-AD ganhou contornos políticos bem definidos, mais estreitos do que a pluralidade de pensamento dos docentes deveria exigir, organizando-se em praticamente todas as associações; de outro lado, esse movimento ensejou um progressivo distanciamento entre direção e bases, produzindo uma escalada de tensões internas. Como consequência desse quadro, ocorreu, em 1996, embate eleitoral, com disputa entre três chapas. Venceu a situação.

Em 1998, entretanto, a corrente até então majoritária foi derrotada, em meio a uma greve por ela conduzida de forma desastrosa. O impasse que se seguiu expôs a necessidade de superação das contradições estruturais da ANDES, visíveis claramente nesse novo momento histórico. Em outras palavras, ganhou a oposição, mas não governou. Isto porque a proposta vitoriosa tinha sido votada por um universo de mais de 20 mil docentes, enquanto que os eventos nacionais da ANDES (CONADs e Congressos), que aprovam teses a serem obrigatoriamente seguidas pela Diretoria, tinham seus delegados indicados em assembleias povoadas basicamente por ‘sindicalistas militantes’ que, juntos, não somavam mais do que uma insignificante fração daquele número. O dilema da nova Diretoria da ANDES era simples: ou traía o programa que a elegera, levando adiante as resoluções de CONADs e Congressos, ou desrespeitava as decisões destes, descumprindo o Estatuto da ANDES. Escolhida a segunda alternativa, instalou-se o caos; os eventos nacionais transformaram-se em batalhas intermináveis e infrutíferas.

O desgaste da então Diretoria foi inevitável. O grupo desestruturou-se e a ANDES-AD retomou a direção, no ano 2000.

A derrota de 1998 levou a corrente ANDES-AD a aumentar sua organicidade, a reforçar a centralização de sua organização e a tomar providências para tentar garantir a manutenção da ‘máquina’, desde a criação de muitas novas ‘seções sindicais’, sob sua coordenação, até a promoção de inúmeros eventos, país afora, em que sua onipresença reforçava de forma unilateral as respectivas posições políticas.

Exacerbou-se, em decorrência, o estreitamento do leque de pensamento do grupo dirigente, que foi vinculando cada vez mais suas ações, na ANDES, a diretrizes emanadas de partidos políticos. Isso levou um contingente expressivo de docentes a crer que essa foi a principal razão para o **abandono da pauta específica dos professores das instituições federais de ensino**, com a priorização de eixos exógenos.

A ANDES passou a construir, a partir de então, um leque de alianças que a levou ao rompimento com a CUT e à adesão ao CONLUTAS, em período mais recente. O eixo dessas alianças, declaradamente, foi (e ainda é) a construção de um **‘Movimento’ baseado na articulação de ativistas da comunidade acadêmica** – servidores e alunos – e, **além desses, entidades representativas de movimentos sociais organizados**. Essa articulação é de fato essencial para a defesa, em especial em momentos como o atual, do Estado Democrático de Direito, das liberdades individuais e da livre expressão do pensamento. A questão, contudo, é que esse tipo de organização não pode ser a linha de frente, o eixo condutor da atuação de sindicatos docentes. **Sindicatos docentes têm que ter a sua especificidade, lutando, com o devido foco, pelas demandas concretas das professoras e professores, por seus salários, carreira, condições de vida e de trabalho** – tendo como fundo, claro, a defesa de uma universidade pública de excelência, autônoma, gratuita, não privatista e devidamente financiada pelo Estado, capaz de contribuir para a formação de profissionais altamente qualificados, para a produção de conhecimento, e para o desenvolvimento científico, tecnológico e social do Brasil, rumo a uma sociedade mais justa e menos desigual.

O PROIFES surgiu, em 2004, justamente para suprir essa lacuna de representação, esse desvio de finalidade, que levou a ANDES a se constituir essencialmente como um partido político, e não como um sindicato. Assim, seu estatuto prevê: defender, intransigentemente e por princípio, o direito à divergência, o respeito à diferença de ideias e opiniões; manter sempre efetiva e integral autonomia em relação ao Estado, a partidos políticos e a instâncias institucionais de qualquer natureza; e debater as especificidades das IFES e de seus professores, não devendo essas questões, fundamentais para a categoria, serem diluídas às custas da negação da nossa identidade. Essas têm sido, até o momento, orientações centrais seguidas não apenas pelo PROIFES, ao qual é filiada a ADUFSCar, mas também pelo nosso sindicato.

As conquistas

Vários dos docentes que hoje compõem os quadros docentes das nossas Universidades e Institutos, em especial os contratados mais recentemente, desconhecem a desvalorização salarial e o desestímulo à carreira que atingiam os docentes federais duas décadas atrás.

Anteriormente a 2006, a carreira do Magistério Superior era um desastre: quem entrava com doutorado (um percentual já importante, à época), era enquadrado como ‘adjunto 1’ e, decorridos 6 anos, passava a ‘adjunto 4’ – fim de carreira. Isso porque não havia classe e nível acima de ‘adjunto 4’ e, para alcançar o posto de ‘titular’, era preciso que fosse aberta vaga, algo bastante improvável, naquela ocasião. Além disso, existiam outros problemas graves: havia diferenciação entre os salários dos ativos e os proventos dos aposentados – estes recebiam uma ‘Gratificação de Estímulo à Docência’ (GED) de apenas 60% do que era pago aos da ativa; os degraus entre classes e níveis eram totalmente irregulares; o valor da remuneração total era muito baixo e o chamado ‘Vencimento Básico’ (VB) era uma fração minúscula desta (da ordem de 20%) – o restante era recebido por intermédio de diversas ‘gratificações’, que podiam, portanto, ser cortadas a qualquer momento, gerando grande insegurança.

A situação dos professores da então carreira do 1º e 2º grau (na UFSCar, havia algumas dezenas) era pior ainda. Além dos problemas enfrentados pelos colegas do Magistério Superior, ocorria que, para o mesmo regime de trabalho e capacitação, ganhavam entre 25% e 30% a menos, e tinham uma carga horária em sala de aula que tornava impossível qualquer tentativa de capacitação. De mais a mais, não havia previsão, nessa carreira, de atividades de extensão e de pesquisa, gerando desestímulo adicional pela obtenção de títulos de mestrado e doutorado.

A criação da classe de associado

Em maio de 2006 veio a primeira grande vitória, já negociada pelo PROIFES. Foi criada uma nova classe, a de associado, permitindo aos professores federais continuar progredindo na carreira por 8 anos, para além de adjunto 4, onde muitos até então haviam permanecido estagnados, em alguns casos até por mais de duas décadas. Com isso, foi possível forte melhoria salarial, pois quem passava de adjunto 4 para associado 1 passava a ganhar cerca de 30% a mais. Ainda em 2006 alcançou-se uma elevação dos ‘incentivos à titulação’ (atual ‘retribuição por titulação’, ou RT), beneficiando fortemente os que tinham títulos de mestre ou doutor – caso da grande maioria, na UFSCar.

A incorporação da Gratificação por Atividade Executiva (GAE) e a paridade dos aposentados

Em dezembro de 2007 o PROIFES assinou o primeiro grande ‘Termo de Acordo’ com o governo federal – e foi a única entidade representativa de docentes federais a fazê-lo.

O acordo trazia grandes melhorias, pois incorporava ao VB a Gratificação por Atividade Executiva (GAE), que era igual a 140% do VB. Assim, o novo vencimento básico ficava muito mais robusto e menos exposto a eventual corte de gratificações, que era um temor importante, à época. Conseguiu-se, por esse acordo, reajustes salariais bem superiores à inflação, e, além disso, alcançou-se a paridade entre ativos e aposentados, que pela primeira vez em quase 10 anos passavam a ganhar o mesmo.

A criação da Carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT)

Em março de 2008 aconteceu a criação da carreira de EBTT, base para a futura estruturação da rede de Institutos Federais, em que os docentes são, predominantemente, dessa carreira. Foi um avanço extraordinário, porque equiparou, salarial e estruturalmente, a velha carreira do 1º e 2º grau à do Magistério Superior, estabelecendo as bases para a organização, no Brasil, de institutos tecnológicos, fundamentais para o desenvolvimento nacional.

Os colegas da antiga carreira se integraram (como foi o caso dos docentes da UAC, na UFSCar) ao exercício indissociável das atividades de ensino, pesquisa e extensão. A carreira do EBTT é, hoje, a predominante no IFSP (e em todos os demais IFs), cujos docentes de São Carlos são representados também pela ADUFSCar. Sem ela a rede de institutos federais não poderia ter tido o impulso que teve.

Incorporação de todas as restantes gratificações, com valorização do VB

Em 2011 novo acordo garantiu a incorporação de todas as demais gratificações, dando solidez adicional ao Vencimento Básico – e essa é a situação atual, em que não há ‘penduricalhos’ que possam ser cortados por um governo federal como o que hoje existe.

Criação das classes de ‘professor titular’ nas carreiras de MS e EBTT, acessíveis por mérito

A partir de 2012 acordo firmado pelo PROIFES com o governo federal garantiu que todos os integrantes das carreiras de MS e EBTT pudessem galgar o posto de professor titular, unicamente por merecimento, e sem depender da existência de vaga, como acontecia anteriormente.

Reestruturação das carreiras: toda a malha salarial é hoje dedutível a partir do piso salarial

Em dezembro de 2015 foi assinado o último acordo entre o governo federal e o PROIFES. O reajuste acordado foi o mesmo concedido às demais categorias do serviço público federal.

Entretanto, houve um avanço extraordinário, alcançado apenas pelos docentes federais.

A carreira, anteriormente constituída por uma malha caótica sem qualquer estruturação interna, passou a ter uma lógica cristalina: fixaram-se percentuais para determinar as razões entre os vencimentos dos diversos regimes de trabalho; outros percentuais passaram a vigorar para as relações entre a RT (Retribuição por Titulação) e o VB (Vencimento Básico), de acordo com a titulação de cada docente; e, finalmente, estabeleceram-se degraus entre as remunerações dos docentes, por mudança de nível, e também por mudança de classe.

Pactuou-se que a implantação dessa reestruturação se daria em três fases, entrando a primeira em vigor em agosto de 2017, a segunda em agosto de 2018 e a terceira em agosto de 2019. Em cada uma dessas fases, como subproduto da reestruturação, os salários dos docentes federais foram recompostos, em média, em cerca de 3%.

A partir de agosto de 2019, contudo, os vencimentos dos professores federais ficaram estagnados e, assim, vêm sendo corroídos pela inflação, neste momento em plena ascensão.

3. Atuação da ADUFSCar no âmbito local

A par de ter sido partícipe dessa longa trajetória histórica do PROIFES-Federação, da qual a ADUFSCar é pilar importante, até por ter sido daqui o primeiro presidente daquela entidade, o nosso grupo contribuiu também para o fortalecimento, internamente à UFSCar e ao IFSP/São Carlos, de um sindicalismo equilibrado, de dupla determinação.

Questões de interesse dos associados

De um lado, buscamos alcançar demandas e reivindicações corporativas, como não poderia deixar de ser, agindo local e nacionalmente, com parceiros nos movimentos sociais, em amplas mobilizações, bem como articulações junto ao Congresso Nacional.

Lutamos por melhores salários, por uma carreira digna e atrativa, por condições de trabalho e de vida adequadas, com uma preocupação especial com a saúde dos nossos associados, seja por meio da negociação permanente de planos acessíveis – hoje a preços imbatíveis no mercado – e de boa qualidade, seja através do debate sobre a qualidade de vida no trabalho, como levamos a cabo recentemente.

Neste longo tempo de pandemia, criamos uma publicação que, semanalmente, informou sobre o impacto e a situação da COVID-19 nos nossos municípios, nos estados brasileiros e em vários países, a nível mundial.

Levamos também aos colegas, nesse mesmo período, uma rica programação cultural ‘on line’, que cobriu temas como cinema, teatro, literatura e outros, bem como sessões virtuais de dança e de yoga.

Desenvolvemos, há tempos, um sistema de atendimento jurídico que vem cuidando com competência de ações trabalhistas coletivas em defesa de direitos do conjunto dos nossos associados, e, também, de questões cíveis de interesse pessoal – durante a maior parte do tempo houve atendimentos individuais presenciais nos diversos campi, e hoje essa oferta continua, remotamente.

Durante estas mais de duas décadas, a partir do ano 2000, construímos sedes em todos os campi, sem exceção, levando espaços de lazer e de convivência a todos os colegas – muitas vezes em locais onde não havia efetivamente outras alternativas; espaços esses que, em gestões anteriores, não existiam. Em São Carlos fizemos funcionar, antes da pandemia, um auditório com tecnologia de ponta, usado para múltiplas funções, de defesas de tese a palestras, assembleias gerais e outros eventos, como inúmeras sessões de cinema, além de um restaurante amplo e muito bem equipado – todos obra das gestões havidas nos últimos vinte anos. Os valores assim investidos equivalem, hoje, a mais de R\$ 2.700.000,00.

Os recursos da entidade foram sempre zelados com todo o cuidado e atenção. No momento, mesmo depois de dois movimentos de forte apoio à comunidade interna e externa, com doações significativas de recursos a estudantes da UFSCar e do IFSP/São Carlos, e também de equipamentos diversos a hospitais e

postos de saúde públicos das cidades onde estão os nossos campi, deixamos a ADUFSCar fortemente capitalizada, com valores em conta corrente e em aplicações que totalizavam, no dia 24 de setembro de 2021, a quantia de R\$ 1.535.039,53. Esse valor é suficiente, com farta sobra, para todas as obras de expansão das sedes de Araras e de Sorocaba, conforme reivindicado pelos nossos associados; a construção não começou ainda por dois motivos – a pandemia, e tratativas de natureza administrativa junto à UFSCar. Acrescente-se que **todas as prestações de contas**, inclusive as relativas aos anos de 2019 e 2020, bem como **as propostas orçamentárias apresentadas pela Diretoria do Sindicato foram aprovadas, sempre por unanimidade, pelo Conselho Fiscal da ADUFSCar.**

Temáticas importantes no contexto social

De outro lado, as nossas gestões focaram questões relevantes no contexto social mais amplo: o papel das nossas instituições e o seu adequado financiamento, a importância da educação pública de excelência, a luta por uma sociedade mais justa e solidária, a defesa da liberdade do pensamento e de expressão, o respeito à pluralidade de concepções e de opiniões dos nossos professores, sem triagem ideológica, e as questões de gênero, de direito à livre orientação sexual, de combate ao racismo e à discriminação de qualquer natureza. Essas foram temáticas tratadas nos mais diversos ‘Grupos de Trabalho’ (GTs), articulados local e nacionalmente entre a ADUFSCar e o PROIFES, e estendidos à comunidade universitária e à externa em várias ocasiões. O GT-Aposentados foi particularmente atuante, com atividades e eventos específicos destinados exclusivamente a esses colegas.

4. Os nossos funcionários

Devemos à competência e à dedicação dos funcionários da ADUFSCar boa parte do sucesso das nossas gestões. Tanto os que integram – e os que integraram – as secretarias dos diversos campi quanto os que cuidam da comunicação sempre se esmeraram por atender os associados da melhor forma possível, desenvolvendo suas atividades de forma impecável e contribuindo de forma decisiva para o bom funcionamento da entidade.

Criamos um ‘Plano de Cargos e Salários’ para todos eles, com diversas carreiras, de 13 níveis cada uma, com progressão a cada dois anos, por entender que, como nós, têm direito a condições de trabalho e salariais dignas e estimulantes. Além disso, transferimos para os funcionários, durante todo esse tempo, as melhorias salariais que conquistamos do governo, nos mesmos percentuais por nós obtidos, mantendo assim aproximadamente constante a razão entre a massa salarial paga aos funcionários e a arrecadação existente, de forma a garantir uma gestão responsável dos recursos disponíveis. Como os nossos salários tiveram trajetória ascendente, em termos de poder aquisitivo real (até o ano de 2019), hoje os vencimentos dos nossos funcionários são bastante atrativos.

5. Os desafios do presente

Inúmeros são os desafios que se apresentam neste momento. As condições de trabalho dos professores federais vêm se deteriorando continuamente, seja por conta dos cortes de verbas que o governo promove nas Universidades e Institutos, seja pelas imposições da pandemia – nenhuma providência concreta, no âmbito federal, tem sido tomada para apoiar os docentes, numa conjuntura em que o trabalho se multiplica, tornando a carga de atividades cada vez mais insuportável, sem que haja qualquer iniciativa objetiva que vise lidar com a nova e difícil situação criada.

Os salários estão congelados, e a inflação, muito maior do que a oficial, reduz a cada dia o nosso poder aquisitivo, diminuído ainda mais, nos últimos tempos, com a elevação das alíquotas de contribuição para a seguridade social.

Foi descontinuado ‘Grupo de Trabalho’ (vigente até o segundo governo Dilma) que debatia reivindicações da categoria, tais como: a criação de estímulos para professores em locais de difícil lotação; a redefinição de critérios para a concessão de auxílio transporte; a criação de programas de capacitação (em especial para os IFs); a expansão da área física das IFES; o reajuste de auxílios para alimentação e saúde; e, sobretudo, a implementação de melhorias estruturais capazes de garantir adequadas condições de trabalho.

Apesar de insistente solicitação do PROIFES no sentido de debater todas essas questões, a partir de pauta de reivindicações protocolada por diversas vezes junto ao atual governo, não foi possível avançar em qualquer tipo de negociação consequente.

6. Perspectivas

O momento é de resistência.

As Universidades e os Institutos Federais são objeto de ataque continuado deste governo, que busca asfixiar ambos, deixando-os à míngua das verbas necessárias para o seu funcionamento mínimo; seguem atuantes, em parte, porque a pandemia reduziu consideravelmente as despesas do dia a dia. A situação dos professores só não é pior porque, diferentemente de outras categorias, conseguimos no acordo de 2015 recomposições salariais (não lineares) que foram até agosto de 2019. O serviço público está sendo destruído e projetos como a Reforma Administrativa podem vir a trazer, nesse âmbito, prejuízos futuros irreversíveis.

A privatização avança em geral, e, em particular, no setor educativo.

A pandemia ainda persiste, e a situação sanitária ainda inspira enormes cuidados.

A devastação corre solta na Amazônia, a corrupção grassa, o autoritarismo impera, e as ameaças de golpe são constantes.

O futuro do serviço público, das IFES e de seus servidores depende, assim, dos rumos que o País vier a tomar nos próximos anos, e o nosso papel, como sociedade civil organizada, será imprescindível como fator ativo da história.

7. Unidade na luta, preservadas as diferentes concepções políticas

Esse futuro incerto obriga todos os democratas a unirem esforços na defesa do Estado Democrático de Direito, do serviço público e das nossas Universidades e Institutos Federais, patrimônio do povo brasileiro, e de seus servidores – dentre eles nós, professores federais.

Aqui na ADUFSCar é, portanto, essencial a unidade estratégica em torno da luta pela preservação das nossas instituições, de seu papel histórico, das nossas condições de vida e de trabalho.

Temos compreensões diferenciadas da realidade e das táticas de luta, em relação aos colegas que ora assumem a direção da entidade.

Estaremos juntos nas lutas comuns, preservada a diversidade de pensamento e de opiniões que nos separa.

Não seremos oposição sistemática, porque o nosso objetivo não é o poder pelo poder. Sabemos respeitar a democracia, que deu a vitória à nossa oposição, ainda que nos tenha sido concedida generosa fatia dos votos válidos. Assim, não constituiremos uma ‘ADUFSCar paralela’, boicotando e deixando de participar de forma aberta e sistemática dos eventos que venham a ser promovidos pela futura gestão, posto que não consideramos que essa seja uma forma ética e correta de expressar divergências e de fazer política; pelo contrário, participaremos da vida institucional da entidade, comparecendo às atividades que julgarmos pertinentes.

Não hesitaremos em apoiar aquilo que avaliarmos como próprio e positivo, sem problema algum. E estaremos sempre atentos, posto que nos opoemos de forma transparente e cordial, mas também incisiva, às práticas das quais venhamos a discordar.

Aproveitamos para, mais uma vez, externar nosso profundo agradecimento às centenas de colegas que apoiaram a nossa proposta e gostariam que continuássemos o trabalho que vinha sendo feito, e registramos nossa sincera gratidão pelo fato de que, por tantos anos, tenhamos sido privilegiados nas urnas pelo voto da maioria.

Por último, desejamos aos que ora assumem a Diretoria da ADUFSCar uma gestão à altura das expectativas que nela depositaram os associados da nossa entidade.